

O DESENVOLVIMENTO SOCIORACIAL DA MULHER NEGRA EM FACE DA INTERSECIONALIDADE DE IDENTIDADES

THE SOCIO-RACIAL DEVELOPMENT OF BLACK WOMEN IN THE FACE OF INTERSECTIONALITY OF IDENTITIES

Marina dos Santos Martins Camargo¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo tratar das histórias, lutas, conquistas e desafios no desenvolvimento da mulher negra na sociedade brasileira, em face de sua interseccionalidade e do enfrentamento ao racismo, machismo, sexismo e patriarcado. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica combinada com pesquisas de dados e estatísticas, por este motivo, a metodologia aplicada será a qualitativa. A Teoria Interseccional diz respeito ao estudo da sobreposição das identidades sociais e sistemas correlacionados de opressão, dominação e/ou discriminação. A interseccionalidade entre os grupos sociais oprimidos de gênero e raça, quando se inter cruzam, faz surgir diferentes realidades, questões e problemáticas. Por este motivo, dentro de um movimento feminista, as pautas das mulheres negras devem ser tratadas de maneira singular pois são diferentes das pautas das mulheres brancas, indígenas e estrangeiras. No Brasil, as mulheres feministas têm como objetivo central resistir ao sistema machista e patriarcal das comunidades por todo o país, ao mesmo tempo que buscam seus espaços que lhes são de direito. Todavia, há de se considerar que o contexto histórico do país apresenta uma pluralidade de mulheres, sendo assim há, portanto, uma pluralidade de questões de variados setores (economia, política, social, jurídica) e este artigo justifica-se por avaliar toda essa realidade de forma teórica e prática. Assim sendo, os resultados esperados evidenciam a indubitável desigualdade sociorracial presente na vida da mulher negra brasileira, desconstruindo referenciais teóricos como a Teoria da Democracia Racial e a hiperssexualização destes corpos, na busca do reconhecimento de sua humanidade e identidade. **Palavras-chave:** Sociedade. Feminismo Negro. Interseccionalidade. Desenvolvimento Sociorracial. Democracia Racial

¹Mestranda em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Advogada Graduada em Direito pela UNAERP. Pós-graduada em Direito Penal, Processo Penal, Criminologia e Júri pela Escola Superior de Advocacia (ESA) da 12ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil São Paulo (OAB Ribeirão Preto). Facilitadora de Práticas da Justiça Restaurativa. Diretoria Adjunta e Presidente da Comissão da Igualdade Racial da OAB Ribeirão Preto. Monitora do Curso de Advocacia Pública do Instituto Abayomi Juristas Negras de Recife/PE. Integrante da Comissão de Avaliação de Cotas Raciais em Concursos Públicos da Prefeitura de Ribeirão Preto/SP e da Comissão de Heteroidentificação de Cotas Raciais da Universidade de São Paulo (USP). marina.camargo@sou.unaerp.edu.br

ABSTRACT

This article aims to address the stories, struggles, achievements and challenges in the development of black women in Brazilian society, in the face of their intersectionality and the confrontation with racism, machismo, sexism and patriarchy. This is a bibliographic research combined with data and statistics research, for this reason, the methodology applied will be qualitative and quantitative. Intersectional Theory concerns the study of overlapping social identities and correlated systems of oppression, domination and/or discrimination. The intersectionality between oppressed social groups of gender and race, when they intersect, gives rise to different realities, issues and problems. For this reason, within a feminist movement, the agendas of black women must be treated in a unique way, as they are different from the agendas of white, indigenous and foreign women. In Brazil, feminist women have as their main objective to resist the sexist and patriarchal system of communities throughout the country, while seeking their rightful spaces. However, it must be considered that the historical context of the country presents a plurality of women, so there is, therefore, a plurality of issues from various sectors (economics, political, social, legal) and this article is justified by evaluating all this reality in a theoretical and practical way. Therefore, the expected results show the undoubted socio-racial inequality present in the life of black Brazilian women, deconstructing theoretical references such as the Theory of Racial Democracy and the hypersexualization of these bodies, in the search for the recognition of their humanity and identity.

Keywords: Society. Black Feminism. Intersectionality. Socio-racial Development. Racial Democracy.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca dar foco e ênfase nos desafios enfrentados pela mulher afrobrasileira, desde o Período Colonial até a contemporaneidade. Neste lapso temporal, quanto nossa sociedade já não mudou? Quanto as visões dos sujeitos dessa sociedade já não mudaram: regrediram ou avançaram?

Mesmo com muitos avanços tecnológicos, por exemplo, o país fica a desejar quanto aos avanços sociorraciais, aqueles que pessoas pobres e negras veem lentamente. E, em se tratando de pessoas que além de pobres, são negras, a evolução caminha ainda mais vagarosamente, pois independentemente de tecnologias, políticas e ideologias, a interseccionalidade continua marcada. Como bem explicita Sueli Carneiro, filósofa, escritora e ativista antirracismo do movimento social negro brasileiro:

“Somos seres humanos como os demais, com diversas visões políticas e ideológicas. Eu, por exemplo, entre esquerda e direita, continuo sendo preta.” CARNEIRO (2000)

Contudo, não se pode desprezar as grandiosas e valorosas melhorias nestes grupos sociais trazidas com estudos, debates, reflexões e ações da população civil e intelectuais

nacionais e internacionais, a exemplo das pessoas que serão citadas ao longo deste artigo, como Aqualtune, Sanité Bélair (1781 - 1802), Sojourner Truth (1797-1883), Harriet Tubman (1822 - 1913), Luísa Mahin, Dandara dos Palmares, Simone de Beauvoir (1908-1986), Audre Lorde (1934 – 1992), Lélia Gonzalez (1935-1994), Angela Davis (1944), Patricia Hill Collins (1948), Sueli Carneiro (1950), Gloria Jean Watkins, pseudônimo bell hooks (1952), Jurema Werneck, Grada Kilomba (1968), Djamila Ribeiro (1980), Carla Akotirene, entre outras e outros.

1. FUNDAMENTOS

A população negra, hoje, no Brasil, corresponde a 56,1% do total, segundo o IBGE (AFONSO, 2019). Neste grupo, as mulheres negras são maioria e representam, não coincidentemente, a base da pirâmide social. Conforme o pensamento da professora e filósofa socialista estadunidense Angela Davis:

"Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo". (DAVIS, 2017)

Nesta esteira, a escritora e intelectual política Carla Akotirene explica o porquê de a mulher negra ser esta base. Akotirene considera que o pensamento interseccional explicou a matriz de opressão cisheterossexista, etária, divisora sexual do trabalho, segundo o qual, as mulheres negras eram trabalhadoras nas casas das “mulheres brancas instruídas”, chegavam em casa e tinham o dinheiro tomado por “maridos ociosos”, bastante ofendidos porque não havia comida pronta dentro de casa (AKOTIRENE, 2019).

Assim, os itens seguintes irão tratar de questão de raça, gênero e classe, setores que se inter cruzam na vida de uma mulher negra brasileira.

1.1 O PERÍODO COLONIAL E O HEROÍSMO NACIONAL E INTERNACIONAL

Ao optarmos por conhecer nossa história afrobrasileira unicamente por meio do ensino oficial oferecida pelas redes de ensino, provavelmente estaremos caindo no mesmo buraco limitado de informações, em que há extrema escassez de personalidades, conceitos e fatos. Infelizmente a escola, em especial, está muito aquém do que verdadeiramente precisamos ouvir.

Sobre essa problemática, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie traz à tona a ideia do “perigo da história única”, segundo a qual considera que quando crianças somos

impressionáveis e vulneráveis a uma história. Crescemos, por exemplo, com a falsa noção de que a África é um país de catástrofes, e não um continente autêntico, repleto de países, rico em diversidades (intelectual, cultural, alimentar, linguística, indumentária etc.). Assim, preconiza:

“É impossível falar sobre a história única sem falar de poder (...). Como são contadas, quem as conta, quando são contadas, quantas histórias são contadas, estão realmente dependentes do poder. O poder é a capacidade de contar a história de outra pessoa, tornando-a na história definitiva dessa pessoa (...). Comece a história pelo fracasso do estado africano e não pela criação colonial do Estado Africano e terá uma história totalmente diferente. A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é eles serem mentira, é serem incompletos. Fazem com que uma história se torne a única história” (ADICHIE, 2009)

Crescemos com a ideia de que bandeirantes, também chamados de sertanistas, foram os corajosos exploradores que, pioneiramente, aventuraram-se desbravando os sertões brasileiros, entre os séculos XVI e XVIII na colônia portuguesa, sendo os responsáveis por conquistar e dilatar as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas (MATÉRIA, 2017).

Ou seja, crescemos com a ideia da figura do emblemático heroísmo, sem nos recordarmos com a devida importância de que, na verdade, os bandeirantes foram os responsáveis pelo aprisionamento e extermínio da população indígena, bem como pela destruição de quilombos e perseguição e escravização da população negra, além da ilimitada e prejudicial exploração de pedras preciosas em terras brasileiras. Nesta esteira, o assessor da Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil e professor do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da UNESP-Araraquara Dagoberto Fonseca, ao analisar a cidade de São Paulo – SP, afirma que:

“A figura do bandeirante entre os paulistas é de fato emblemática. Mas esse é o discurso dos órgãos oficiais de Estado, dos grupos dominantes da sociedade brasileira, em especial, de São Paulo. A figura do bandeirante, no entanto, está vinculada essencialmente com o rapto, o sequestro e o escravismo no Brasil (...). Os bandeirantes exerceram funções extremamente ruins para a construção de um estado, que é o estado brasileiro e o de São Paulo. O desbravamento de fronteiras se deu com a morte de nações indígenas, com a morte dos povos mais diversos, e serviu fundamentalmente para o projeto de conquista e manutenção do escravismo” (FONSECA, 2020).

Diante deste painel escolar, no qual conhecemos as histórias contadas apenas a partir do pensamentos dos colonizadores exploradores, não há espaço para aprendermos sobre Aqualtune, princesa africana do Kongo, mãe de Ganga Zumba e avó materna de Zumbi dos Palmares, a qual liderou, em 1665, uma força de 10 mil homens na Batalha de Mbwila (atual Angola) e, grávida, organizou uma fuga para Palmares, onde liderou um dos mocambos (quilombos) que recebeu seu nome (BORGES, 2019); sobre Luísa Mahin, ex-escravizada africana, radicada no Brasil, mãe do poeta, advogado e abolicionista Luiz Gama, e uma das líderes da Revolta dos Malês (1835) e outras revoltas de escravizados na cidade de Salvador –

BA (CONCEIÇÃO, 2015); e nem sobre Dandara dos Palmares, escravizada brasileira, que dominava técnicas de capoeira, mãe de três filhos havidos com o líder Zumbi dos Palmares (1655 – 1695) e estrategista na defesa do Quilombo dos Palmares contra inúmeros ataques (GARCIA, 2018). Vale ressaltar que Luíza e Dandara, pela Lei nº 13.816/2019, estão inscritas no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Também não há espaço para poderosas figuras representativas internacionais como Sanité Bélair (1781 - 1802), apelidada pelos companheiros de luta como tigresa, soldado e revolucionária haitiana, tenente do exército de Toussaint Louverture, uma das poucas mulheres a lutar na célebre e duradora Revolução do Haiti (JAMES, 1938). Aliás, conhecemos a Revolução Francesa (de 05/05/1789 a 09/11/1799) a qual durou 10 anos, mas não a Revolução Haitiana (de 14/08/1791 a 01/01/1804), que durou 12 anos e derrotou as tropas francesas de Napoleão Bonaparte.

Nem ao menos espaço para abolicionista norte-americana, defensora dos direitos das mulheres, empregada doméstica, e ex-escravizada Sojourner Truth (1797-1883), considerada a primeira mulher negra a mover e vencer um processo judicial contra um homem branco de Alabama - EUA que comprou ilegalmente seu filho Peter. Além de ser conhecida pelo seu memorável e impactante discurso “Eu não sou uma mulher? / Ain’t I a woman?” realizado em 29 de maio de 1851, na Convenção Nacional Pelos Direitos Das Mulheres em Akron, Ohio – EUA, sendo a única mulher, inclusive a única negra, de todas ali presentes, a responder com agressividade aos argumentos hostis e satíricos dos homens brancos que ali estavam para zombar e afirmar a fragilidade feminina e incapacidade intelectual (DAVIS, 1981), e a primeira intelectual negra a articular raça, classe e gênero, questionando a categoria da mulher universal, e mostrando que se a maternidade obrigatória revela um destino biológico para todas as mulheres, porém valia-se ressaltar que os filhos e as filhas das africanas eram vendidos escravizados (AKOTIRENE, 2019), sendo assim, a maternidade realmente traria felicidade?

Ainda, Harriet Tubman (1822 - 1913), ex-escravizada, abolicionista e ativista norte americana que fugiu e capitaneou 19 missões que levaram à libertação de dezenas de 300 pessoas escravizadas, incluindo familiares e amigos, usando a rede de ativistas antiescravidão e abrigos (LARSON, 2004 e PEROSA, 2016).

Sendo assim, se houvesse respeito e cumprimento a Lei Brasileira nº 9.394/1996 (em especial ao artigo 26-A)¹ nossa visão de país e mundo provavelmente não seria de invisibilização e/ou passibilidade de mulheres negras ao longo da história do país. Temos sim

avanços políticos e sociais, porém ainda nos falta o costume de cobrar a efetivação e manutenção desses progressos.

1.2 OS RASTROS DO MOVIMENTO EUGENISTA

Nota-se que o movimento eugenista social, que pregava a melhoria das espécies humanas, deixou seus rastros nas gerações subsequentes. Entre o final do século XIX e o início do século XX, havia uma tendência de reprodução seletiva: se um humano era considerado indigno de transmitir sua hereditariedade a gerações futuras, era esterilizado contra sua vontade (LANG-STANTON; JACKSON, 2017).

Sobre o tema, a feminista, médica, diretora executiva da Anistia Internacional Brasil, Jurema Werneck, elucida que os grupos brancos pensaram em promover este movimento por meio de duas técnicas: a eugenia positiva e a negativa. A positiva estimulava a reprodução daqueles que eles consideravam os melhores; já a negativa impedia o nascimento e perpetuação dos piores – negros, judeus, homossexuais, deficientes físicos e mentais – por meio, inclusive, de esterilizações forçadas e legais de mulheres, forma muito utilizada na Alemanha Nazista (WERNECK, 2018).

No Brasil, como representante do Governo, João Batista de Lacerda apresentou ao I Congresso Universal das Raças, em Londres, em 1911, seu artigo “Sur les métis au Brésil” (Sobre os mestiços do Brasil), em que defendia o fator da miscigenação como algo positivo para o Brasil, por conta da sobreposição dos traços da raça branca sobre os da negra e indígena,

¹ Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

difundindo sua Tese do Embranquecimento, mediante a qual se defendia que a presença da herança africana e indígena seria um obstáculo ao desenvolvimento nacional e que, em 100 ou 300 anos, o país tornar-se-ia evidentemente branco (LOTIERZO, 2013), tese evidentemente equivocada.

Todo esse movimento interferiu diretamente na vida das pessoas negras, as quais sempre foram tidas como inferiores, não civilizadas, e que, sendo assim, deveriam ser excluídas da sociedade. Tais medidas, falsas e perniciosas, influenciaram sobremaneira no aumento do número de negros com problemas psicológicos – autoestima, por exemplo – e de alcoolismo.

1.3 O FEMINISMO NEGRO E O OUTRO DO OUTRO

Com Conforme apresentado, o feminismo negro sempre existiu dentro das sociedades: as mulheres negras sempre denunciaram, direta ou indiretamente, que as questões das mulheres negras eram bem diversas das questões das mulheres brancas. Segundo a filósofa, feminista negra, escritora e acadêmica brasileira Djamila Ribeiro, o feminismo negro começou, na verdade, a se concretizar, ganhar força, se formalizar, a partir da segunda onda do feminismo, entre 1960 e 1980, por conta da fundação da “National Black Feminist” nos Estados Unidos, em 1973, em virtude do início da prática da escrita de mulheres negras sobre o tema, criando uma literatura feminista negra (RIBEIRO, 2017).

No Brasil, o movimento feminista negro se potencializou nos anos 80, com o III Encontro Feminista Latino-Americano realizado em Bertioga em 1985, onde mulheres negras, pobres e trabalhadoras manifestaram-se na busca de adquirir visibilidade política, destacando os outros problemas que as mulheres negras e indígenas enfrentam, colocando questões de raça e classe num lugar central na agenda do Encontro. Djamila Ribeiro bem explicita essas outras especificidades que nos separam:

“Enquanto àquela época mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para ser consideradas pessoas (...). Enquanto feministas brancas tratam a questão racial como birra e disputa, em vez de reconhecer seus privilégios, o movimento não vai avançar, só reproduzir as velhas e conhecidas lógicas de opressão (...). É necessário entender de uma vez por todas que existem várias mulheres contidas nesse ser mulher e romper com a tentação da universalidade, que só exclui. (RIBEIRO, 2018)”

Ao encontro dessa ideia, a escritora caribenha-americana, feminista, lésbica e ativista dos direitos civis, Audre Lorde, relata:

“E eu não posso escolher entre as frentes em que eu devo batalhar essas forças da discriminação onde quer que elas apareçam pra me destruir. E quando elas aparecem para me destruir, não durará muito para que depois eles aparecerem pra destruir você. (...) Eu não sou livre enquanto alguma mulher não o for, mesmo quando as correntes dela forem muito diferentes das minhas.” (LORDE)

Nesta esteira, Simone de Beauvoir, escritora, intelectual, filósofa existencialista, ativista política, feminista e teórica social francesa, e Grada Kilomba, escritora, psicóloga,

teórica e artista interdisciplinar portuguesa, conceituam a categoria “do outro”. De acordo com Djamila Ribeiro, Beauvoir em seu livro “O Segundo Sexo” (BEAUVOIR, 1949) explica que a mulher não é pensada em si mesma, e sim em oposição ao homem. A mulher é aquela que não é o homem. Não há alteridade e reciprocidade. Beauvoir acaba universalizando o sujeito mulher (pessoa branca). Por este motivo, surge Kilomba para dar o viés do feminismo negro, sofisticando o pensamento (RIBEIRO, 2020).

Kilomba, em seu livro “Memórias Da Plantação”, retrata que a mulher negra é o outro do outro, e fica em uma posição muito mais difícil de transcendência, por ter sido lida e configurada historicamente sempre em oposição a norma patriarcal e branca. Não há universalidade feminina, as mulheres são plurais, e cada grupo tem seu local social, portanto seu próprio lugar de fala (KILOMBA, 2019).

E sobre isso, Djamila Ribeiro, em seu livro “Lugar de Fala” difunde que a expressão significa “locus social”, ou seja, todo indivíduo tem seu lugar de fala porque todos falam de um determinado lugar. Todavia, esta deve ser uma análise estrutural, com o compartilhamento de experiências em comum, e não uma análise individual de experiências individuais de cada ser. Sendo assim, considera-se que existem grupos que partem de lugares de privilégio e outros que partem de lugares de opressão, vulnerabilidade. Os privilegiados impedem a mobilidade social dos oprimidos. Desta maneira, os pontos de partida e pontos de vista desses indivíduos de grupos diferentes, são diferentes (RIBEIRO, 2017).

Nesta perspectiva, a professora universitária de Sociologia da Universidade de Maryland, College Park, Patrícia Hill Collins, em seu artigo “What's In a Name: Womanism, Black Feminism and Beyond” publicado originalmente em 1996 no Black Scholar Journal (FIGUEIREDE, 2016) fala sobre a Teoria do Ponto de Vista Feminino (“Standpoint Theory”), a qual diagnostica que a partir do ponto de vista feminista que vamos entender lugar de fala, além de saber porque ainda não estamos em determinados espaços, e porque sequer consideramos “saber” determinados saberes, a depender de qual grupo está dizendo, conforme entendimento consonante de Djamila Ribeiro. Segundo Collins, “essa teoria enfatiza menos as experiências individuais dentro de grupos socialmente construídos do que as condições sociais que constituem estes grupos” (COLLINS, 1990). Para Djamila, os saberes, produções, vozes e produções intelectuais desses grupos não estão em todos os lugares. Não são experiências individuais e sim experiências compartilhadas.

1.4 A AUTOESTIMA E A HIPERSSEXUALIZAÇÃO DA MULHER NEGRA

Desde o período colonial, a mulher negra nunca foi tida como padrão de beleza a ser seguido e admirado pelos brasileiros: pelo contrário, nem sequer era vista como humana, mulher e pessoa detentora de direitos inerentes em qualquer cidadão. Suas características físicas naturais sempre foram taxadas de forma a desumanizá-la: pele escura sempre tida como suja, símbolo de inferioridade civilizatória; cabelo crespo, nariz e lábios sempre tidos como feios; corpo mais curvado que o das mulheres brancas, sempre relacionado à hiperssexualização e ao samba. Há 520 anos, a mulher negra, de maneira geral, ainda é avaliada desta maneira.

Em meados dos anos 80, 90 e 2000, os artistas mais conhecidos como protagonistas da televisão brasileira para as crianças eram pessoas como Xuxa, Angélica, Eliana, Hebe, Adriana Galisteu, Gugu, entre outros. Não coincidentemente todos eram brancos, loiros, olhos claros, heterossexuais, considerados belos, cantavam e tinham seu próprio programa na televisão. Neste período, as famílias negras, em rede aberta, não tinham outros canais de entretenimento para assistirem com suas crianças negras. Deste modo, meninas negras cresceram na ideia de que ser branca de cabelos loiros e olhos claros seria sinônimo de beleza, talento e evidência.

O filme “Lua de Cristal”, de 1990, clássico da televisão brasileira, tem como personagem principal a Xuxa, a qual também era acompanhada, em algumas cenas, de seu elenco feminino branco e loiro, que dançava e se expressava de maneira dócil e angelical.

Figura 01: Paquitas da Xuxa



Fonte disponível em:

<<https://revistaglamour.globo.com/Lifestyle/noticia/2013/11/catia-paganoti-e-priscilla-couto-aos-36-anos-elas-ainda-sao-paquitas.html>>

Figura 02: Elenco do filme Lua de Cristal



Fonte disponível em: <<https://famosidades.com.br/famosos/leticia-spiller-completa-47-anos-veja-a-trajetoria-da-atriz/>>

As telespectadoras negras, tornaram-se mulheres: umas se reconheceram e fortalecem sua negritude; outras descobriram-se negras no meio do percurso e se aventuram na busca de

maiores identificações; e outras ainda persistem ao modelo da estética eurocêntrica dominante, na ilusão de serem “aceitas” na sociedade, seja nos relacionamentos amoroso, laborais ou até familiares. Ocorre que, mesmo com o cabelo liso e loiro, corpo magro, lentes claras, roupas e sapatos caros, tecnologias caras, a cor da pele continuará a mesma, assim como o racismo continuará as atingindo.

A todo momento as mulheres negras eram invisibilizadas e, quando não, apareciam de forma sexualizada, com seus corpos à mostra, como ocorria no famoso quadro “Musa do Carnaval” inaugurado em 2003 no programa do Caldeirão do Huck. O concurso de passistas era o único momento em que mulheres negras de pele clara ou retintas eram o centro das atenções, além de serem submetidas a perguntas com vieses maliciosos e constrangedores. Não à toa o quadro foi cancelado em 2018.

Neste mesmo sentido, a “mulata” – conceito racista – do Carnaval de São Paulo e Rio de Janeiro foi lançada em 1993 pela Rede Globo. A passagem da vinheta era o momento em que pais e mães mudavam de canal para que seus filhos não vissem aquele nu. Somente a partir de 2017 que a mesma começou a ter seu corpo mais encoberto com roupas e tintas, sendo acompanhada de outros dançarinos de etnias, fantasias e culturas diferentes. Não se nega o avanço, contudo, a figura central da Globeleza ainda continua sendo a mulher negra de pele clara, exceto em 2014, único ano em que foi venceu o concurso uma mulher negra retinta, Nayara Justino, a qual o público não a aceitou por considerá-la muito magra. Será mesmo?

Figura 03: Candidatas do quadro “Musa do Carnaval”



Fonte disponível em:

<<http://gshow.globo.com/programas/caldeirao-do-huck/musa-do-carnaval-de-sp/noticia/2013/01/e-neste-sabado-a-grande-final-do-musa-do-carnaval-de-sao-paulo.html>>

Sabe-se que não há mal em saber sambar: pelo contrário, o samba é considerado por muitos historiadores, cientistas sociais, críticos e artistas da música popular como o mais original dos gêneros musicais brasileiros, tendo como origem a ancestralidade africana e brasileira na mistura de ritmos e tradições. Por conseguinte, desde 2004, o Samba de Roda Do Recôncavo Baiano é reconhecido como patrimônio cultural afrobrasileiro registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Sendo assim, o orgulho na manutenção dessa tradição deve prosperar.

O problema surge quando a mulher negra é associada apenas em relação a este gênero musical, na exibição de seu corpo como um talento único, descartando qualquer possibilidade de inteligência e intelectualidade. Por este motivo muitos ainda se espantam em ver essas mulheres em cargos de regência ou destaque.

Logo vemos a importância do movimento “Black is Beautiful” na autoestima de pessoas negras. Este movimento cultural – “Negro é Lindo” – surgiu nos Estados Unidos, entre as décadas de 1960 e 1970, concomitantemente ao movimento “Black Power” de Angela Davis, Martin Luther King Jr. (1929 – 1968) e Malcom X (1925 – 1965), espalhou-se para outros países e foi amplamente incorporado pelo Movimento da Consciência Negra, na África do Sul, criado pelo ativista Steve Biko (1946 – 1977), tendo como escopo central:

“(...) desconstruir a noção, incutida pelo racismo, de que o fenótipo natural negro – pele escura, cabelo crespo e traços faciais – é feio ou menos atraente do que o padrão de beleza eurocêntrico. A máxima prega a valorização da cultura e identidade negras, além da exaltação desses traços físicos. Propõe que mulheres e homens eliminem as

práticas usadas para alisar o cabelo e clarear a pele: penteados e moda afro ganharam destaque na época” (LIMA, 2017).

Atualmente, artistas nacionais e internacionais como Sandra de Sá, Elza Soares, Margareth Menezes, Fanta Konate, Mariene de Castro, Larissa Luz, Luedji Luna, Ellen Oléria, Tássia Reis, Karol Conká, Negra Li, Ludmilla, Alexandra Loras, Kenia Maria, Maíra Azevedo (Tia Má), Taís Araújo, Preta Rara, Gabi Oliveira, Viola Davis, Beyoncé, Lupita Nyong'o, Nina Simone, Aretha Franklin, entre muitas outras, fomentam a necessidade da presença negra em todos os espaços. Além da beleza da feminilidade negra, valorizam também a capacidade e talento para exercerem os trabalhos que desejarem, tendo como força sua ancestralidade.

1.5 O PRETERIMENTO AFETIVO E O CELIBATO DEFINITIVO

Ao longo de suas vidas, as mulheres negras, em sua maioria, sentem falta de afeto, são tratadas como sujeitos de menor valor, não são vistas como sujeitos para serem amados, dignos de amor, mesmo quando seus parceiros são negros, e este é um assunto pouco debatido entre os negros.

A professora, autora e teórica feminista estadunidense Gloria Jean Watkins (1952), mais conhecida pelo pseudônimo bell hooks - em letras minúsculas -, elucida este fato em seu artigo “Vivendo de amor”:

“Muitas mulheres negras sentem que em suas vidas existe pouco ou nenhum amor. Essa é uma de nossas verdades privadas que raramente é discutida em público. Essa realidade é tão dolorosa que as mulheres negras raramente falam abertamente sobre isso. (...) Numa sociedade onde prevalece a supremacia dos brancos, a vida dos negros é permeada por questões políticas que explicam a interiorização do racismo e de um sentimento de inferioridade. Esses sistemas de dominação são mais eficazes quando alteram nossa habilidade de querer e amar. (...) Somos um povo ferido. Feridos naquele lugar que poderia conhecer o amor, que estaria amando” (HOOKS, 1994).

Neste mesmo artigo, Hooks também explica que a dificuldade do povo negro em desenvolver o amor tem origem escravocrata, é fruto de acontecimentos bárbaros ocorridos àquela época. O amor acaba sendo visto como algo distante e não necessário. Após o término da escravidão, era possível que o agora liberto estivesse ansioso para experimentar relações de intimidade, compromisso e paixão, fora dos limites antes estabelecidos. Todavia, também era possível que muitos estivessem despreparados para praticar a arte de amar, e não por falta de motivos:

“Nossas dificuldades coletivas com a arte e o ato de amar começaram a partir do contexto escravocrata. Isso não deveria nos surpreender, já que nossos ancestrais testemunharam seus filhos sendo vendidos; seus amantes, companheiros, amigos apanhando sem razão. Pessoas que viveram em extrema pobreza e foram obrigadas a

se separar de suas famílias e comunidades, não poderiam ter saído desse contexto entendendo essa coisa que a gente chama de amor. Elas sabiam, por experiência própria, que na condição de escravas seria difícil experimentar ou manter uma relação de amor” (HOOKS, 1994)

Mesmo diante dessa realidade, Hooks acredita que o amor cura, que “nossa recuperação está no ato e na arte de amar”, pois quando conhecemos o amor, amamos, “é possível enxergar o passado com outros olhos”, transformar o presente e o futuro.

A vista disso, conclui-se que os laços de afeto da população negra sempre foram destruídos - quando conseguiam nascer. O processo da escravização sempre impediu que estes vínculos fossem construídos e mantidos e, dentro deste cenário, encontramos as mulheres negras, as quais eram vistas apenas como objetos para o labor e para a geração de futuros escravizados.

Em consonância com Hooks, a arquiteta, escritora e feminista brasileira Stephanie Ribeiro, em seu artigo “Waiting To Exhale: falar de amor entre negras é revolucionário”, conceitua “solidão da mulher negra” como uma expressão utilizada entre mulheres negras para designar privações e negações afetivas que acometem suas vidas, e que, por este motivo, falar sobre o assunto ainda é difícil para a maioria. Ela declara que “muitas pessoas entendem que a solidão afetiva é um problema pessoal, quando na verdade é uma questão estrutural e sistêmica” (RIBEIRO, 2017).

É fácil observarmos o preterimento da mulher negra quanto aos jogares de futebol ou artistas negros que alcançaram elevador status econômico. Em consequência de todas as teorias e falsos ditames que a sociedade brasileira foi recebendo conforme seu desenvolvimento, costuma-se ver homens negros ricos ao lado de mulheres brancas. Quando um fato acontece de maneira vasta e reiterada, geralmente torna-se regra. A exceção, no caso, são homens negros ricos brasileiros casados com mulheres negras. Aqui, não estamos falando dos relacionamentos onde ambas as partes tiveram parceiros variados, e sim de homens negros que nunca se relacionaram com sua “irmã”, sua semelhante.

Ocorre que, no subconsciente deste homem, permanecer com a mulher negra, significaria permanecer em seu mundo original, suas raízes, em geral, mais pobre. Além disso, a mulher branca e loira ainda é considerada por muitos o padrão de beleza ideal. Assim, o homem negro e rico que estiver ao lado de uma mulher com fenótipos europeus, seria sinônimo de que realmente ele “chegou lá”, “cresceu na vida”.

O famoso e talentoso jogador de futebol, Edson Arantes do Nascimento (Pelé), é um exemplo clássico: ele já esteve em vários relacionamentos e, em todos eles, os que foram a público, foram mulheres brancas – não por coincidência e nem por questão de afetividade. A única mulher negra que o público teve conhecimento – e não pela vontade do jogador – foi a empregada doméstica Anizia Machado, com a qual ele teve uma filha fora de seu casamento. A filha rejeitada, Sandra Regina Machado foi vereadora da cidade de Santos – SP. Após 5 anos lutando nos tribunais, Sandra conseguiu ser reconhecida como filha através de um teste de DNA realizado em 1996. Em 1998, escreveu o livro “A filha que o rei não quis”. Em 2006, aos 42 anos, Sandra faleceu em decorrência de câncer de mama sem conseguir apoio do jogador para o tratamento (PELÉ, 2020).

A escritora, pedagoga e mestre em Ciências Sociais, Claudete Alves da Silva tratou sobre esta realidade em seu livro “Virou Regra?” lançado em 2010, fruto de sua dissertação de mestrado em 2008 “A solidão da mulher negra - sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo”, na qual analisou depoimentos de 73 mulheres negras sobre os temas: matrifocalidade, relações familiares, vida amorosa, felicidade, solidão e também sobre a relação entre a etnia e a escolha do parceiro afetivo-sexual. A análise dos dados mostrou que os sujeitos consideram que existe uma situação de desvantagem da mulher negra em comparação com a mulher branca, no que concerne a preferência do homem negro na escolha de parceira afetiva e conjugal, e complementa:

“Essa situação se repercute com mais intensidade nas jovens negras independente da classe social. O comportamento do homem negro foi percebido como resultado de uma desvalorização social da população negra do Brasil, de longa data, que vem estimulando jovens negros a procurar “clarear” a família. Associação interracial foi vista como vantajosa para um homem negro, no sentido da sua ascensão social e muito desvantajosa para mulher negra pela tendência observada da predominância de pares interraciais, quais homem negro – mulher branca. As participantes consideram que o preterimento da mulher negra acarreta a solidão e humilhação. Para enfrentar essa situação o grupo considerou que a educação formal é um fator importante de resgate dos valores étnicos da raça Negra, possibilitam da identificação de maior número de indivíduos com esses valores” (SOUZA, 2008).

Vale ressaltar que os dados do Censo 2010 do IBGE mostraram que 69,3% das pessoas de 10 anos ou mais estavam unidas a pessoas do mesmo grupo de cor ou raça. Em 2000, esse percentual era 70,9%. E acrescenta que:

“Esse comportamento foi mais forte dentre os grupos de brancos (74,5%), pardos (68,5%) e indígenas (65,0%). Já dentre os pretos (45,1%), observou-se que os homens tenderam a escolher mulheres pretas em menor percentual (39,9%) do que as mulheres pretas em relação a homens do mesmo grupo (50,3%). No que se refere à escolaridade, 68,2% das pessoas uniram-se a outras de mesmo nível de instrução, percentual superior ao observado em 2000 (63,0%). Em 2010, 51,2% das mulheres com nível

superior completo estavam unidas a homens desse mesmo grupo, enquanto somente 47,0% dos homens com esse nível de instrução estavam unidos a mulheres do mesmo grupo” (IBGE, 2010).

Todavia, conforme entendimento da empresária de moda e influenciadora digital, Ana Paula Xongani, a solidão da mulher negra não se reduz apenas aos relacionamentos sexuais, mas também aos afetivos. Considera que a solidão da mulher negra se reflete em toda a existência desta mulher, desde sua infância até a velhice. Reflete nos relacionamentos, trabalhos e amizades. E esta solidão também se apresenta quando esta mulher percebe que é a única nos ambientes em que está presente – no trabalho, na equipe esportiva, na campanha publicitária, na sala de aula, entre outros – vejamos:

“Quantas mulheres negras você oferece afeto? (...) Quantas das suas amigas são mulheres negras? E quantas delas são escuras? Quem são as mulheres que você admira e segue [nas redes sociais]? E quantas delas são mulheres negras? E você, homem ou mulher, com quantas mulheres negras você já se apaixonou, relacionou? E quantas elas eram escuras, de cabelo crespo?” (XONGANI, 2019).

Xongani também acredita ser extremamente necessário trazer e ampliar a presença dos corpos e belezas negras com o intuito de naturalizar essa existência, de modo a causar um impacto que trará uma diminuição da solidão desta mulher. Ressalta que é importante que os pais permitam que seus filhos tenham convívio com todos os tipos de crianças e lhes apresentem referências negras por meio de brinquedos, livros, contação de histórias, entre outras maneiras. Assim, as crianças aprenderão sobre a beleza da diversidade.

1.6 RACISMO OBSTÉTRICO

Em dezembro de 2014, o Ministério da Saúde e Secretaria de Direitos Humanos lançou a campanha publicitária “Não fique em silêncio. Racismo faz mal à saúde” que busca envolver usuários e profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) na luta contra o racismo. A campanha foi motivada por relatos de discriminação e números que revelam a expressão do racismo no SUS. Dados do Ministério da Saúde demonstram que a realidade da gestante negra é bem diferente da gestante branca:

“Enquanto 46,2% das mulheres brancas tiveram acompanhantes no parto, apenas 27% das negras utilizaram esse direito. Também 77,7% das mulheres brancas foram orientadas para a importância do aleitamento materno e apenas 62,5% das mulheres negras receberam essa informação (...). Dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde revelam que 60% das mortes maternas ocorrem entre mulheres negras e 34% entre as brancas. E, na primeira semana de vida, acontecem, em maioria, entre crianças negras (47% dos casos). Entre as brancas, representam 36%” (COSTA, 2014)

Esta violência obstétrica racial se dá pela criação do estereótipo de que mulheres negras são mais fortes, tem quadris mais largos e aguentam qualquer pressão. Por conta disso, há muita falta de atenção, carinho, afeto, faltas técnicas como anestésias, muita impaciência advinda dos profissionais, entre outros ausências e erros.

1.7 MULHERES NEGRAS EMPREENDEDORAS E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

De acordo com o Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (PUC-RIO), no Brasil, as pessoas pretas e pardas morreram por COVID-19 mais que pessoas brancas. No tocante ao empreendedorismo, as mulheres negras pertencem ao grupo social mais atingido com a crise econômica causada pela pandemia.

Após um levantamento feito com 369 mulheres, o ID_BR concluiu que elas são atingidas seja com desemprego, redução da fonte de renda ou dificuldades para manter seus negócios ativos. Segundo o IPEA, elas estão num quadro de 50% mais vulnerabilidade de ficar desempregada por ser o lado mais sensível da pirâmide social, representando 28% do total da população brasileira (IBGE), o que equivale a 60 milhões de habitantes.

Verificou-se que 60% delas decidiram abrir seu próprio negócio mais por necessidade que por vocação ou por ter identificado uma oportunidade. “Dessas, 45% relataram que não conseguem alocação ou reconhecimento no mercado e 15% perderam o emprego ou tiveram suas fontes de renda reduzidas durante a pandemia e foram empurradas para a abertura de um negócio para sobreviver”. Ademais, cerca de 45% delas alegaram que precisam de apoio psicológico para manter ou retomar sua saúde mental (UNIVERSA, 2020).

2. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir desses diversos pensamentos, conceituações, teorias, estatísticas e fundamentos, entendo que a mulher negra brasileira ainda se encontra vulnerável diante de vários aspectos raciais, sociais, econômicos e políticos de nossa sociedade. Conquistamos grandes avanços, inclusive constitucionais e legais, e estamos marchando pelo caminho certo. Todavia, precisamos de mais articulações políticas e envolvimento de pessoas não negras nesta luta antirracista.

A mulher negra, como visto, nunca foi passiva ou cega às violências que recebia e recebe, ela sempre buscou, dentro de suas possibilidades desenvolver-se e transcender os limites dentro da sociedade, inclusive transcender a si mesma, empoderando-se e buscando força e auxílio com suas irmãs negras, na busca da efetivação de seus direitos e liberdades. Indubitavelmente, vimos que há muitas dessemelhanças entre mulheres negras e brancas, haja vista que as experiências coletivas entre elas são extremamente diferentes.

Na medida em que as mulheres negras tomam consciência de sua importância e valiosa contribuição estrutural no país, bem como sentem-se orgulhosas de sua ancestralidade africana (fenótipos, cultura etc.) e considerando o fato de que todos os progressos que temos hoje devemos a esta nossa ancestralidade, sua tendência é encarar e lutar contra todas as doenças sociais que afetam nosso país, juntamente a outros grupos oprimidos, e assim, conseguirá chegar onde quer, no momento que quiser e se apresentar ao mundo.

CONCLUSÃO

Discutir feminismo sem trazer recortes é universalizar a mulher. Definitivamente, não há uma mulher universal, pertencemos a uma sociedade com uma pluralidade de mulheres em diferentes contornos sociais e étnicos (brancas, negras, indígenas, ricas, pobres, transsexuais, entre outras). É preciso dar este recorte racial às mulheres negras, caso contrário estaremos, mais uma vez, excluindo grande parte da população brasileira dos debates sobre seus direitos, impedindo os oprimidos de exprimirem e levantarem suas pautas. Toda a sociedade ganha quando uma cidadã tem seus direitos atendidos, proporcionando plenitude existencial e permitindo que ela seja protagonista de sua própria história.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. Publicado pela TEDGlobal 2009. 1 vídeo (18min34s). Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story. Acesso em 03 ago. 2020.
- AFONSO, Nathália. **Dia da Consciência Negra: números expõem desigualdade racial no Brasil**. Publicado pela Folha de São Paulo, 20 nov. 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil>. Acesso em: 03 ago. 2020.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Feminismos Plurais Coordenação Djamila Ribeiro. São Paulo: Pólen, 2019.
- BEAUVOIR, Simone. **(Box) O Segundo Sexo**. 1949. Rio de Janeiro/RJ: Nova Fronteira, 2019.
- BORGES, Pedro. **Mancha Verde é campeã do carnaval paulistano com homenagem à Aquatune e ao Quilombo de Palmares**. Publicado por Alma Preta – jornalismo preto e livre. 05 mar. 2019. Editado 07 jan. 2020. Disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/mancha-verde-e-campea-do-carnaval-paulistano-com-homenagem-a-aquatune-e-ao-quilombo-de-palmares>. Acesso em: 03 ago. 2020.
- CARNEIRO, Sueli. **Revista Caros Amigos**, São Paulo, n. 35, fev., 2000.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento (Black Feminist Thought)**. 1990. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CONCEIÇÃO, Dulci. **Luíza Mahin: um mito libertário no Feminismo Negro**. Publicado por Portel Geledés. 23 feb. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/luiza-mahin-um-mito-libertario-no-feminismo-negro>. Acesso em: 03 ago. 2020.
- COSTA, Amanda; PIRES, Regina. Agência Saúde. **Campanha mobiliza a população contra o racismo no SUS**. Publicado por Blog da Saúde. Ministério Público. Disponível em:

<http://www.blog.saude.gov.br/34777-campanha-mobiliza-a-populacao-contr-o-racismo-no-sus.html>. Acesso em 03 ago. 2020.

DAVIS, ANGELA. **Angela Davis ao vivo - “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo”**. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador. 2017. 1 vídeo (2h36min45s). Publicado por TVE Bahia. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2vYZ4IJtgD0&feature=emb_title. Acesso em: 03 ago. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. p. 71. Nova York, 1981. Tradução Heci de Regina Candiani. Editora Boitempo, 2016.

FIGUEIREDO, Angela. **Somente um ponto de vista**. 2016. Artigo. Universidade Estadual de Campinas. PAGU Cidade Universitária "Zeferino Vaz". São Paulo, 2016. Publicado por Scielo. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000300509&lang=pt. Acesso em 03 ago. 2020.

FONSECA, Dagoberto. **Aniversário de SP: o bandeirante é a representação do escravismo e genocídio**. Por Pedro Borges. Publicado por Alma Preta – jornalismo preto e livre. 25 jan. 2020. Disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/aniversario-de-sp-o-bandeirante-e-a-representacao-do-escravismo-e-genocidio>. Acesso em: 03 ago. 2020

GARCIA, Maria Fernanda. **A guerreira que viveu no Brasil e preferiu a morte à escravidão**. Publicado por Observatório do Terceiro Setor. 24 jan. 2018. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/dandara-guerreira-que-viveu-no-brasil-e-preferiu-morte-a-escravidao>. Acesso em: 03 ago. 2020.

HOOKS, bell. **Vivendo de amor**. 1994. Artigo. Tradução Máisa Mendonça. Publicado por Geledés. 09 mar. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor>. Acesso em 03 ago. 2020.

IBGE. **Censo 2010: Uniões consensuais já representam mais de 1/3 dos casamentos e são mais frequentes nas classes de menor rendimento**. Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-enso.html?view=noticia&id=3&idnoticia=2240&busca=1&t=censo-2010-unioes-consensuais-ja-representam-mais-13-casamentos-sao-frequentes-classes>. Acesso em 03 ago. 2020

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos**. Reino Unido, 1938. Tradução de Afonso Teixeira Filho. Editora Boitempo, 2000.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro/RJ: Cobogó, 2019.

LANG-STANTON, Peter; JACKSON, Steven. **Eugenia: como movimento para criar seres humanos 'melhores' nos EUA influenciou Hitler**. Publicado por BBC Brasil. 23 abr. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39625619>. 03 ago. 2020.

LARSON, Kate Clifford. **Bound For the Promised Land: Harriet Tubman, Portrait of an American Hero**. New York: Ballantine Books, 2004.

LIMA, Juliana Domingos de. **A origem da frase 'black is beautiful'. E as críticas a seu uso num comercial**. Publicado por Nexo Jornal. 24 out. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/10/24/A-origem-da-frase-%E2%80%98black-is-beautiful%E2%80%99.-E-as-cr%C3%ADticas-a-seu-uso-num-comercial>. Acesso em 03 ago. 2020.

LORDE, Audre. **Textos escolhidos de Audre Lorde**. Publicado por Heretica Difusao Lesbofeminista Independente. Biblioteca Direitos Humanos Obras Digitalizadas Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA). Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/obras_digitalizadas/audre_lorde_-_textos_escolhidos_portu.pdf. Acesso em 03 ago. 2020.

LOTIERZO, Tatiana H. P. *et al.* **Raça, gênero e projeto branqueador: “a redenção de Cam”, de Modesto Brocos**. 28 set. 2013. Disponível em: http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?page=imprimer_articulo&id_article=254. Acesso em 03 ago 2020.

MATÉRIA, Toda. **Bandeirantes – História do Brasil**. 10 mai. 2017. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/bandeirantes>. Acesso em 03 ago. 2020.

PELÉ. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. **Pelé**. Wikimedia, 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pel%C3%A9>. Acesso em: 03 ago. 2020.

PEROSA, Teresa. **Quem foi Harriet Tubman, a nova cara da nota de 20 dólares**. Publicado por Época Globo. 20 abr. 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/04/quem-foi-harriet-tubman-nova-cara-da-nota-de-20-dolares.html>. Acesso em: 03 ago. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Aula 2: De Beauvoir a Kilomba: a dupla antítese da categoria “mulher negra”**. Plataforma Cursos Feminismos Plurais, 2020. 1 vídeo (9min6s). Curso Fechado disponível em:

<https://prevendafeminismosplurais.club.hotmart.com/lesson/Z728B9by4N/aula-2-de-beauvoir-a-kilomba-a-dupla-anttese-da-categoria-mulher-negra>. Acesso em 03 ago. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. Feminismos Plurais Coordenação Djamila Ribeiro. São Paulo: Pólen, 2017.

RIBEIRO, Stephanie. **Waiting to exhale: falar de amor entre negras é revolucionário**. Publicado por Valkirias. 03 abr. 2017. Disponível em: <http://valkirias.com.br/waiting-to-exhale>. Acesso em 03 ago. 2020.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra – sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2008. Disponível em: <https://cdn.revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2015/09/cp056761.pdf>. Acesso em 03 ago. 2020.

UNIVERSA. **Mulheres negras empreendem mais por necessidade e pedem apoio psicológico**. Publicado por Uol Universa. 31 jul.2020. Disponível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/07/31/mulheres-negras-empreendem-mais-por-necessidade-e-pedem-apoio-psicologico.htm>. Acesso em 03 ago. 2020.

WERNECK, Jurema. **Eugenia Jurema Werneck**. Publicado por Mulheres de Luta. 12 ago. 2018. 1 vídeo (9h50min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s420U1U67dU&t=344s>. Acesso em: 03 ago 2020.

XONGANI, Ana Paula. **Saiba o que é a solidão da mulher negra | Conversas Gostosas**. Publicado por Todecacho. Dez. 2019. 1 vídeo (3min40s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hy11J2dx3AA>. Acesso em 03 ago. 2020.

Submetido em 09.10.2022

Aceito em 17.10.2022